

PERFIL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ACRE

PROFILE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN ACRE

Cláudia Ferreira de Almeida¹; Fernando Danner²

¹Docente do Instituto Federal do Acre, *E-mail*: claudia.almeida@ifac.edu.br ²Universidade Federal de Rondônia, *E-mail*: fernando.danner@gmail.com

Artigo submetido em 01/10/2022 e aceito em 04/11/2022

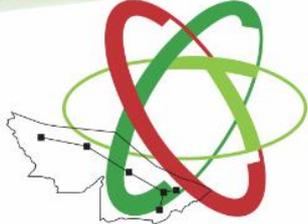
Resumo

Este artigo tem como foco das atenções o tema violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado do Acre (AC), localizado na região Norte do Brasil. Tem como objetivo central traçar o perfil dessa violência, bem como das vítimas e agressores. Foram utilizados como fonte de coleta de dados, neste trabalho, para mapear a violência contra a mulher no Acre, os relatórios do Ligue 180, atual Central de Atendimento à Mulher, bem como as informações desta central disponíveis no painel de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH). Os dados quantitativos foram organizados por meio de gráficos e figuras, sendo utilizado métodos estatísticos de média aritmética e porcentagem para análise. Constatando-se que o tipo de violência mais frequente atinge a integridade psíquica e física, o local onde mais ocorre é a casa da vítima e a casa onde reside a vítima e o suspeito, o início das violações há mais de um ano foi mais prevalente, a violência ocorre diariamente e o principal motivo é o sexo biológico da vítima. As vítimas de violência contra a mulher em sua grande maioria eram pardas, tinham entre 25 e 39 anos, com ensino médio completo e com renda de até um salário mínimo. A maioria dos agressores são companheiro, ex-companheiro, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado e marido das vítimas, do sexo masculino, pardos, tinham entre 30 e 49 anos, com ensino fundamental incompleto, e renda de até um salário mínimo.

Palavras-chave: Acre; Gênero; Mulher; Violência; Ligue 180.

Abstract

This article focuses on domestic and family violence against women in the State of Acre (AC), located in the North region of Brazil. Its main objective is to profile this violence, as well as the victims and aggressors. As a source of data collection, in this work, to map violence against women in Acre, reports from Ligue 180, the current Women's Assistance Center, as well as information from this center available in the data panel of the National Ombudsman of Human Rights (ONDH). Quantitative data were organized using graphs and figures, using statistical methods of arithmetic mean and percentage for analysis. Noting that the most frequent type of violence affects the mental and physical integrity, the place where it most occurs is the victim's house and the house where the victim and the suspect live, the beginning of violations more than a year ago



was more prevalent, violence occurs daily and the main reason is the victim's biological sex. The vast majority of victims of violence against women were mixed-race, aged between 25 and 39, with high school education and income of up to one minimum wage. Most aggressors are partners, ex-partners, spouses, ex-spouses, boyfriends, ex-boyfriends and husbands of the victims, male, brown, aged between 30 and 49 years old, with incomplete elementary education, and income of up to one minimum wage.

Keywords: Acre; Genre; Women; Violence; Call 180.

1 INTRODUÇÃO

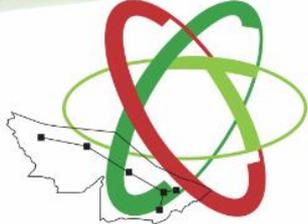
Este artigo tem como foco das atenções o tema violência doméstica e familiar contra as mulheres no Estado do Acre (AC), localizado na região Norte do Brasil. Tem como objetivo central traçar o perfil dessa violência, bem como das vítimas e agressores.

O Estado do Acre, com área territorial de 164.173,431 km², possui uma população estimada 906.876 pessoas em 2021. O Estado faz fronteira com Peru e Bolívia, limite internamente com Amazonas e Rondônia e possui 22 municípios. Sua capital é o município de Rio Branco, que possui área de 8.835,154 km², com população estimada em 2021 de 419.452 pessoas, constituindo-se no município mais populoso do Estado. Estima-se uma população de 453.359 homens e 453.517 mulheres no Acre (IBGE, 2022).

A violência contra a mulher no Estado do Acre possui dados bastante consideráveis. Considerando a variação nas taxas de homicídios de mulheres de 2009 a 2019, o Brasil teve redução de 18,4% nas mortes de mulheres, no entanto, o Estado do Acre teve o aumento de 69,5%, o mais expressivo do país (CERQUEIRA et al., 2021).

A Lei Maria da Penha prevê, desta forma, uma rede de atendimento e proteção que pode ser constituída por centros de atendimento integral e multidisciplinar e casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados, centros de educação e de reabilitação para os agressores e, também, programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

Em 2003 o Poder Executivo, por meio da Lei n. 10.714 autoriza a disponibilização de número telefônico para atender denúncias de violência contra a mulher, inicialmente de responsabilidade das Delegacias da Polícia Civil, em 2014 (Lei n. 13.025) passou a



ser operado pela Central de Atendimento à Mulher, sob a coordenação do Poder Executivo, e ainda hoje se constitui em importante instrumento nesse combate, conhecido como “Ligue 180”, que será utilizado como fonte dos dados (BRASIL, 2003, 2014).

Propõe-se, desta forma, mapear a violência contra a mulher no Estado do Acre, traçando o perfil das vítimas e agressores a partir dos dados da Central de atendimento à mulher (Ligue 180).

2 METODOLOGIA

O estudo se direciona para a violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Acre, localizado na região Norte do Brasil. Apresenta o mapeamento do perfil dessa violência identificando as variáveis e suas relações como uma maneira de visualizar os dados do fenômeno, caracterizando o estudo quanto à abordagem como quantitativa.

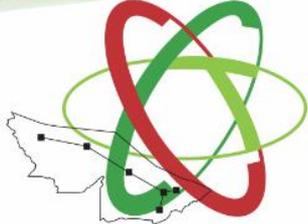
Serão utilizados como fonte de coleta de dados neste trabalho, para mapear a violência contra a mulher no Acre, os relatórios do Ligue 180, atual Central de Atendimento à Mulher, bem como as informações desta central disponíveis no painel de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH).

Os dados quantitativos coletados são organizados para uma melhor interpretação, sendo necessário tratá-los por meio de técnicas estatísticas. Os dados quantitativos serão analisados por meio da estatística descritiva, que consiste na “organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 103).

O software para organização das tabelas e construção dos gráficos, técnicas de organização de dados quantitativos, neste caso, é o Microsoft Excel. “Não há critérios rígidos para a construção de Gráficos e Tabelas” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 108).

Outra forma de descrever os dados numéricos obtidos é caracterizar o que é típico no grupo, por meio das medidas de tendência central, e uma das técnicas para isso é a média aritmética (GIL, 2008).

A técnica da média aritmética é utilizada quando se quer demonstrar a “medida de tendência central mais comum para um conjunto de dados”. Considerando todas as observações anotadas: $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$, a média aritmética será calculada pela soma



dos valores de x , dividido pelo número de observações (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 108).

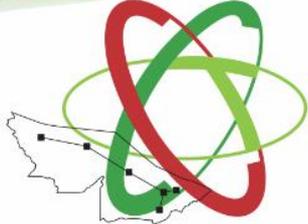
Ainda em relação às informações numéricas, outra forma de determinar medidas do posicionamento da distribuição de valores são os percentis, que são as medidas que dividem a amostra ou população em 100 partes iguais, e utiliza-se o símbolo “%”, proporcionando um refinamento maior para as categorias de uma variável (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

“Trata-se de proporções que se multiplicam por 100 ou porção de um valor dado que pode ser determinado, desde que se saiba quanto corresponde a cada 100” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 181).

3 PERFIL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ACRE: CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER (LIGUE 180)

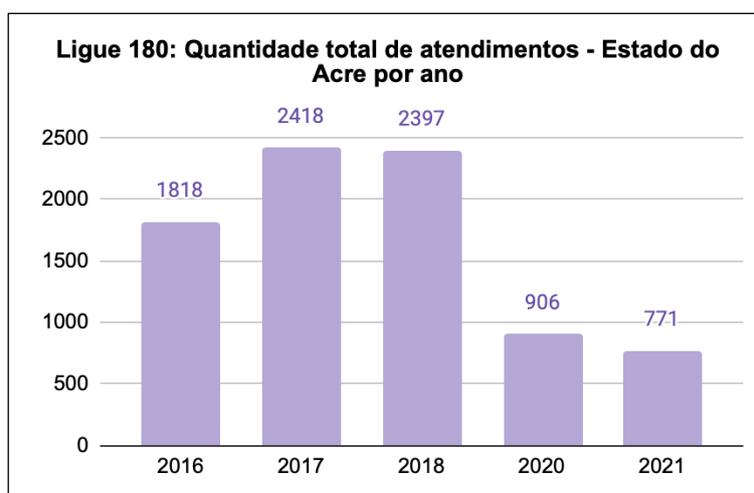
Até 2003 as casas-abrigo e as Delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAMs) eram as instituições específicas para enfrentar a violência contra a mulher no Brasil. Este cenário se ampliou com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República e com a Lei Maria da Penha outros serviços foram incorporados como: centros de referência da mulher, setores especializados nas Defensorias e Ministérios Públicos, juzizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011).

Analisados os Balanços disponíveis da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) do período de 2014 a 2019 observa-se que além de os dados não possuírem o mesmo padrão, inviabilizando uma análise comparativa em muitos casos, as informações por Unidade da Federação não estão disponibilizadas em todos os anos. Foram identificados dados nos anos de 2014, 2016, 2017, 2018 e 2019; os anos de 2020 e 2021 estão no sistema *online* disponibilizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, denominado “Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH)” (MINISTÉRIO DA MULHER, 2021a, 2021b, 2022; MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018; OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020; OUVIDORIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2019; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2015, 2016a, 2016b).



A quantidade total de atendimentos por Unidade da Federação está presente nos balanços de 2017 e 2018 com informações de 2016, 2017 e 2018, e no sistema *online* contemplando 2020 e 2021 utilizando-se apenas os filtros do ano e da unidade da federação (AC), obtendo-se os quantitativos expostos no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Gráfico 1: Quantidade total de atendimentos no Ligue 180 no Acre (2016 a 2021)

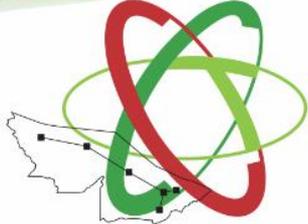


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em 2016 o Estado do Acre teve 1818 atendimentos e em 2017 este número subiu para 2418, observa-se que de um ano para o outro houve um aumento de 33% no total de atendimentos pelo Ligue 180, que superou bastante o percentual de aumento nacional de 8%. Observa-se queda na quantidade total de atendimentos de 2017 para 2018 e também em 2020 e em 2021.

Comparando com os demais Estados do país, o Acre é o quinto Estado que mais aumentou a quantidade de atendimentos entre 2016 e 2017, ficando atrás do Amazonas (699,99%), Ceará (98,24%), Tocantins (45,72%) e Bahia (35,27%); o Rio de Janeiro ficou em sexto, com 21,31% de aumento na quantidade total de atendimentos. Dos cinco Estados com maior aumento 3 são da região Norte e 2 da região Nordeste do país (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

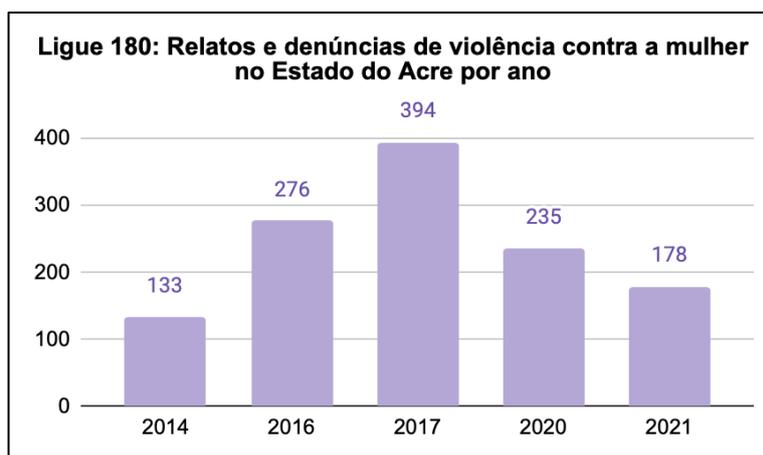
Em 2017 e em 2019 estão disponíveis a taxa de atendimentos por 100 mil habitantes por unidade da federação, e o Estado do Acre possui taxa de 43,73 atendimentos por 100 mil habitantes em 2017 e de 17,26 em 2019, observando-se a



redução da taxa (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018; OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020)

Em alguns dos balanços, também se disponibilizou a quantidade de relatos e denúncias de violência contra a mulher, referente a 2014, 2016 e 2017, e esse dado também está disponível no sistema *online* contemplando 2020 e 2021 utilizando-se os filtros do ano, unidade da federação (AC) e dos grupos vulneráveis “outras violências contra a mulher” e “violência doméstica e familiar contra a mulher”, com os dados dispostos no Gráfico 2.

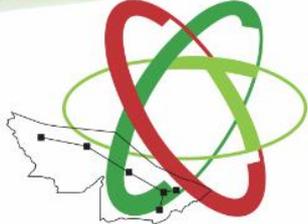
Gráfico 2: Quantidade de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 (2014 a 2021)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Observa-se o aumento de relatos e denúncias de violência contra a mulher de 2014 para 2016 e entre 2016 e 2017, sendo que de 2014 para 2016 houve um aumento de 107% e de 2016 para 2017 o aumento foi de 42%, e queda de 2017 para 2020 e de 2020 para 2021.

Num comparativo entre as unidades da federação no período entre 2016 e 2017, dentre as 15 Unidades da Federação que registraram aumento, o Acre foi a quarta unidade que mais aumentou essa demanda de violência contra a mulher (43%), ficando atrás do Amazonas (918%), Amapá (174%) e Ceará (120%) e o Estado da Bahia está em quinto, com 28% de aumento. Observa-se que entre os cinco que mais aumentaram as demandas de violência contra a mulher no Brasil, 3 são da região norte e dois da

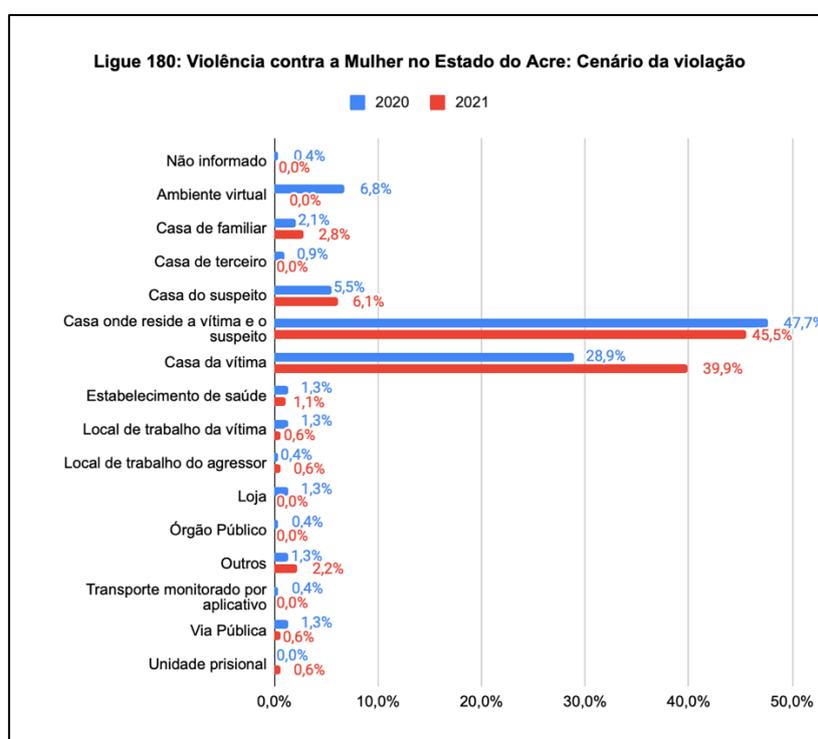


região nordeste, superando bastante o aumento desta demanda no nível nacional que foi de 8% (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

No Painel de dados da ONDH, mantido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, aplicando os filtros do ano, unidade da federação e grupos vulneráveis, é possível analisar o perfil da violência contra a mulher no Estado do Acre, bem como os perfis das vítimas e agressores.

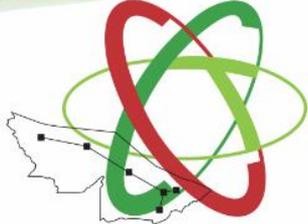
O cenário da violação permite identificar o local onde mais ocorre violência contra a mulher. Quase 100% dos registros informaram o cenário, sendo citados: ambiente virtual, casa de familiar, casa de terceiro, casa do suspeito, casa onde reside a vítima e o suspeito, casa da vítima, estabelecimento de saúde, local de trabalho da vítima, local de trabalho do agressor, loja, órgão público, outros, transporte monitorado por aplicativo, via pública, unidade prisional, como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por cenário da violação em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Tanto em 2020 como em 2021 o local onde as mulheres mais sofrem violência é a “casa onde reside a vítima e o suspeito”, seguido pela própria casa (“casa da vítima”)

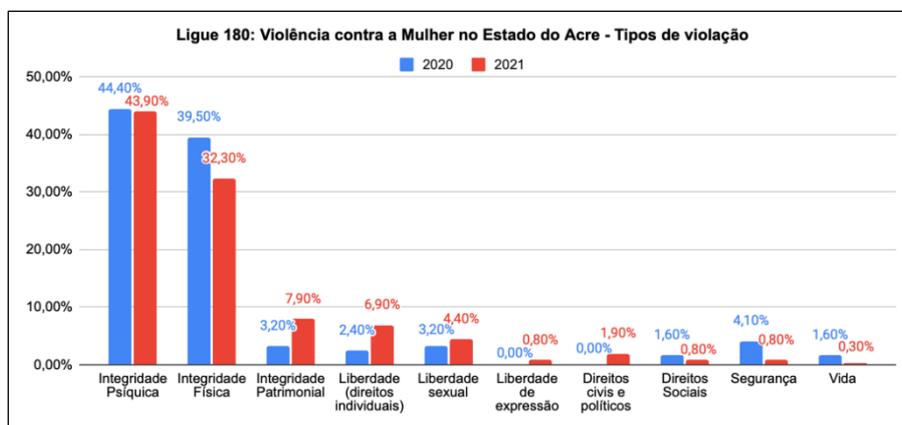


e “casa do suspeito”, com destaque para o ano de 2020 em que o “ambiente virtual” superou a “casa do suspeito”, ficando em terceiro lugar. Neste sentido, seu próprio lar (somando “casa onde reside a vítima e o suspeito” e “casa da vítima”) é o local menos seguro para as mulheres, representando 76,6% em 2020 e 85,4% em 2021.

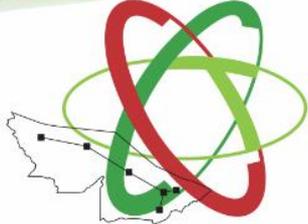
Em relação ao tipo/espécie de violação, tendo em vista que as denominações das violações estão com padrões diferentes no primeiro e segundo semestre de 2020, será considerado apenas o segundo semestre para cálculo do percentual, pois pode ser comparado com o ano de 2021.

Os dados das espécies de violações se referem a: Integridade psíquica (ameaça ou coação, tortura psíquica, constrangimento, injúria, exposição, difamação, insubsistência afetiva, calúnia, assédio moral, *Bullying* e exposição/erotização); Integridade física (agressão ou a contravenção penal “vias de fato”, lesão corporal, exposição de risco à saúde, maus tratos, outros, insubsistência material, violência obstétrica, tortura física, insubsistência intelectual); Integridade patrimonial; Liberdade/Direitos individuais (autonomia de vontade, cárcere privado, sequestro, liberdade de ir, vir ou permanecer); Liberdade sexual (abuso/importunação sexual, estupro, exploração sexual, assédio sexual); Liberdade de expressão; Direitos civis e políticos (retenção de documentos, livre exercício do poder familiar, propriedade, acesso à informação); Direitos sociais (saúde, segurança, alimentação); Segurança (física, psíquica, econômica); Vida (homicídio) e os dados foram distribuídos conforme Gráfico 4.

Gráfico 4: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por tipo de violação em 2020 e 2021



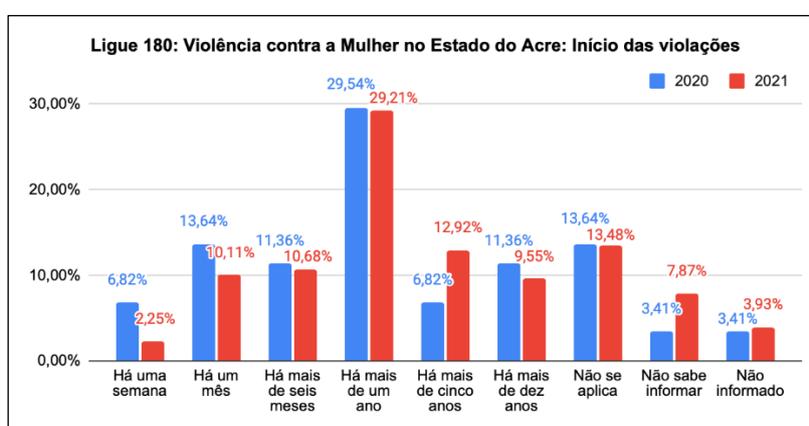
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).



A grande maioria dos casos de violações de direitos das mulheres no Acre atingem a integridade psíquica (44,4% em 2020 e 43,9% em 2021) e a integridade física (29,50% em 2020 e 32,3% em 2021).

O início das violações é um dado bem relevante para se ter uma noção de como a violência está enraizada nos lares das mulheres, uma vez que permite verificar há quanto tempo elas sofrem violações antes de buscar ajuda.

Gráfico 5: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por início das violações em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Nos dois anos, como se vê no Gráfico 5, na maioria dos casos, o início das violações ocorreu “há mais de um ano” (29,54% em 2020 e 29,21% em 2021). As denúncias mais imediatas, que ocorreram há uma semana representam apenas 6,82% em 2020 e 2,25% em 2021. Observa-se ainda que o percentual de denúncias cujas violações iniciaram há mais de 10 anos (11,36% em 2020 e 9,55% em 2021) e há mais de 5 anos (6,82% em 2020 e 12,92% em 2021) é bem considerável.

Além do início das violações, que marca há quanto tempo a mulher aguenta a violência antes de denunciar, a frequência das violações indica a reincidência da violência na vida da mulher, e esse dado demonstra que a grande maioria das mulheres convive com a violência diariamente.

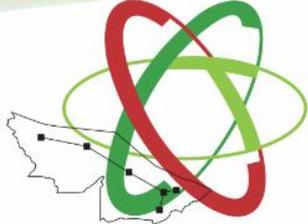
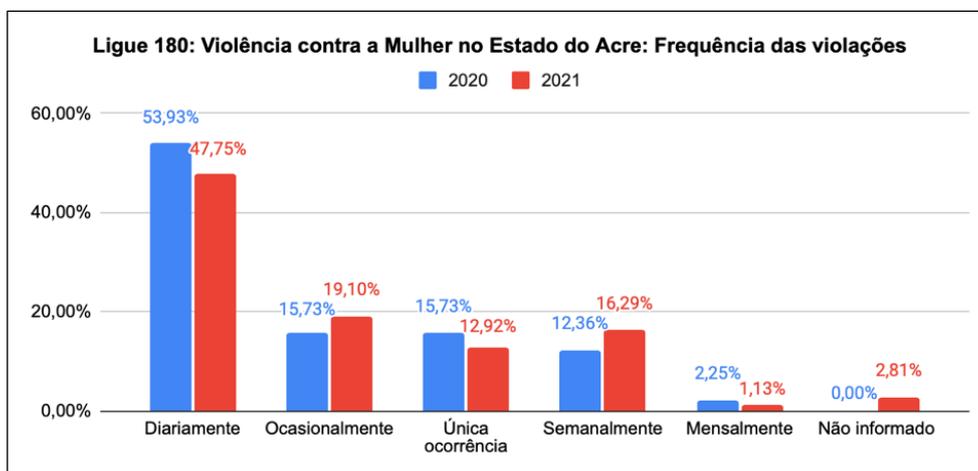


Gráfico 6: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por frequência das violações em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Praticamente em metade dos casos, como se observa no Gráfico 6, a violação aos direitos da mulher ocorre diariamente, sendo em 53,93% das denúncias em 2020 e em 47,75% em 2021. As mulheres que sofrem violência ocasionalmente, ou que denunciaram já de imediato (única ocorrência), nem somadas, chegam perto da quantidade das que sofrem violência diariamente.

Um questionamento frequente no caso de violência contra a mulher é o motivo. A motivação das violações é um dado apresentado tanto no primeiro, quanto no segundo semestre de 2020 (os dois semestres serão considerados nesse cálculo) e, também em 2021. Os motivos variam entre: sexo biológico, conflito de ideias, benefício financeiro, condições mentais ou físicas, idade, origem, orientação sexual, ser mulher, discriminação ou exploração sexual, como se observa no Gráfico 7.

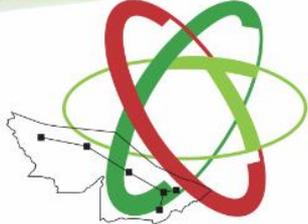
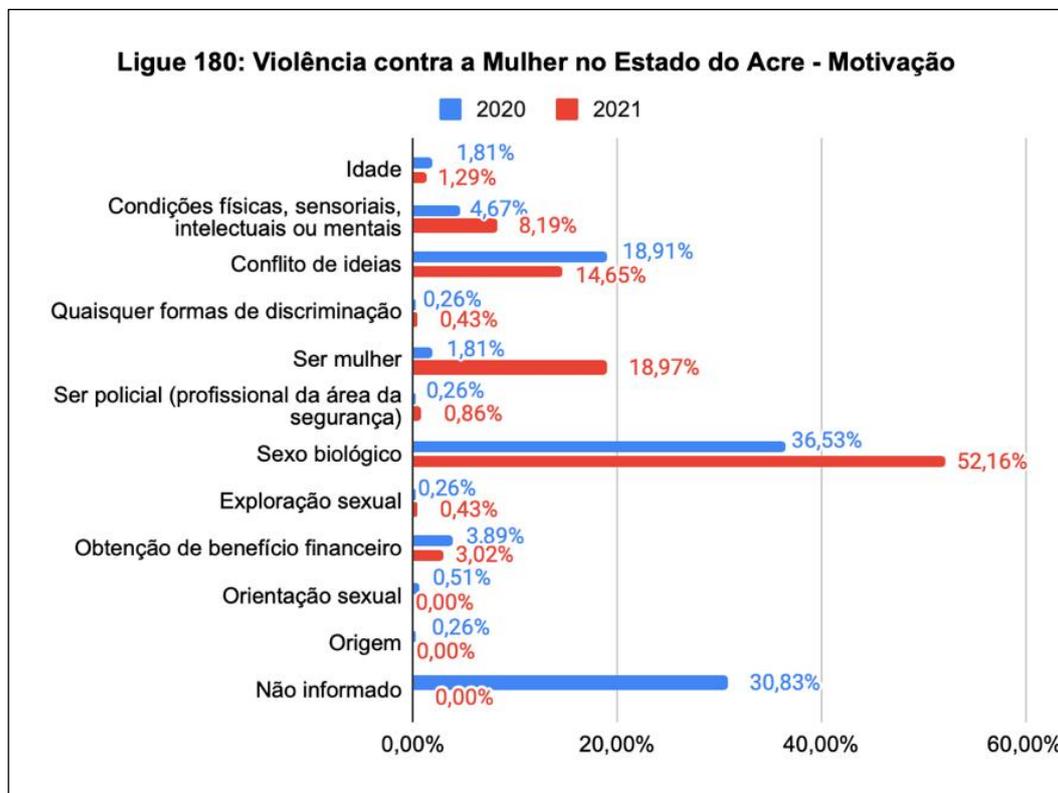


Gráfico 7: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por motivação em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como se vê, as violações dos direitos das mulheres ocorrem, em sua grande maioria em razão do sexo biológico. Em 2020 o motivo do sexo biológico está em primeiro, com 36,53% e, desconsiderando os que não informaram, conflito de ideias é o segundo motivo mais mencionado. Já em 2021 o segundo motivo mais mencionado é o fato de ser mulher, com 18,97%, e conflito de ideias vem em terceiro lugar.

Em relação ao local em que ocorre a violência, nos dois anos analisados foram denunciadas violações em quase todos os 22 municípios do Acre, conforme se nota no Gráfico 8, somente Assis Brasil, Jordão e Porto Walter não foram citadas nesse período. A grande maioria dos casos ocorreu na capital do Estado (Rio Branco) com 76,6% dos casos em 2020 e 74,16% em 2021. Cruzeiro do Sul, cidade com a segunda maior população do Estado ficou em segundo lugar com 8,94% dos casos em 2020 e 8,43% em 2021.

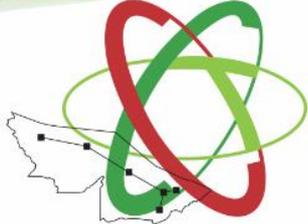
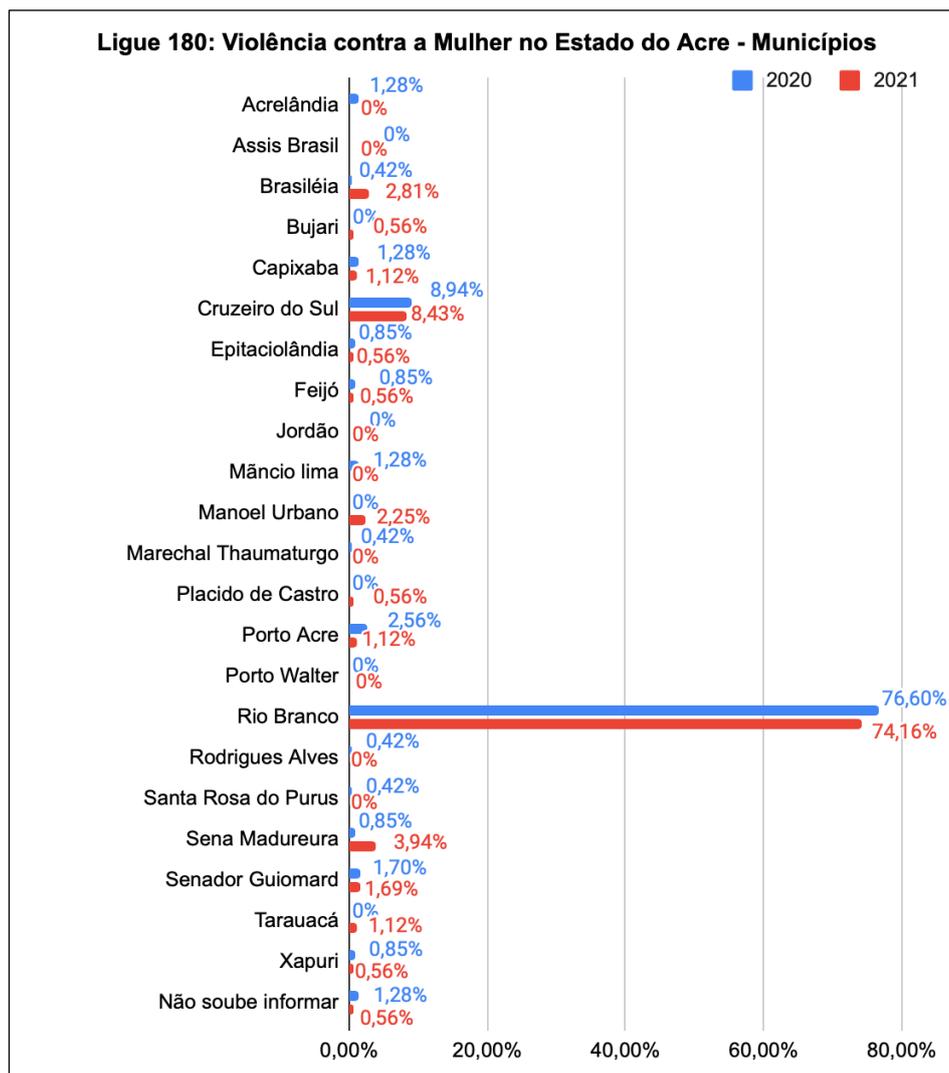
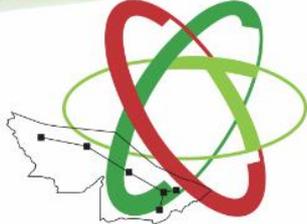


Gráfico 8: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por municípios em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

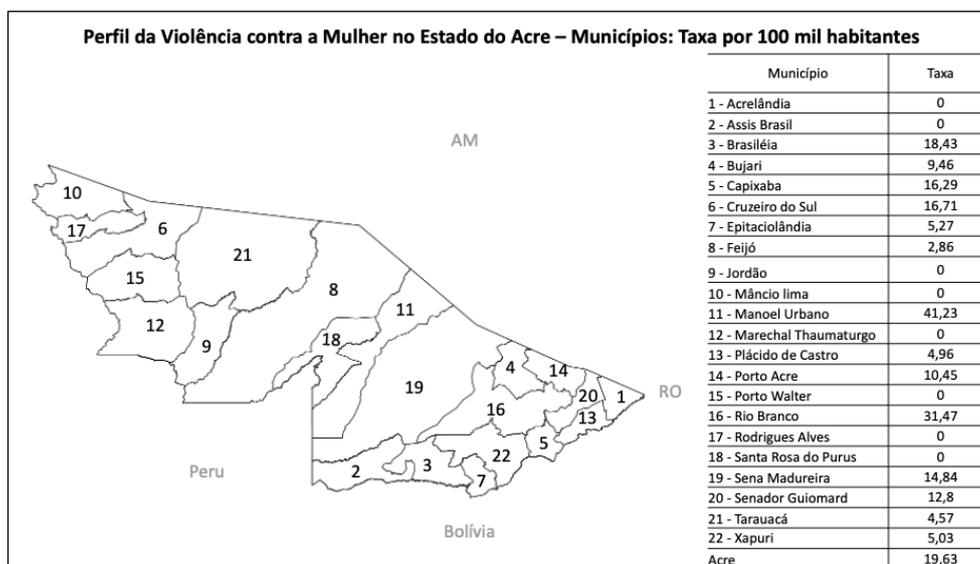
Segundo dados *online* do IBGE estima-se uma população de 906.876 habitantes para 2021 no Estado do Acre. Considerando a grande variação populacional entre os municípios do Estado, sendo que a capital (Rio Branco) concentra quase a metade da população, com 419.452 habitantes (46,25%), a segunda maior cidade, Cruzeiro do Sul conta com 89.760 habitantes (9,9%) e a menor população a do município de Santa Rosa



do Purus é de 6.893 habitantes (0,76%), verifica-se a necessidade de se apresentar a taxa de casos por 100 mil habitantes para obtenção do panorama geral (IBGE, 2022).

Apesar de a maior quantidade de casos se concentrar na capital do Estado, levando-se em consideração a população de cada município, a maior taxa de casos é no Município de Manoel Urbano com taxa de 41,23 por 100 mil habitantes, Rio Branco está em segundo lugar com taxa de 31,47 superando a taxa Estadual de 19,63. Em terceiro lugar vem Brasiléia (18,43) e em seguida com taxas acima de 10 casos por 100 mil habitantes tem-se Cruzeiro do Sul (16,71), Capixaba (16,29), Sena Madureira (14,84), Senador Guiomard (12,8) e Porto Acre (10,45), conforme Figura 1.

Figura 1: Taxa de violência contra a mulher no Estado do Acre por 100 mil habitantes



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Com taxa abaixo de 10 por 100 mil habitantes tem-se Bujari, Epitaciolândia, Xapuri, Plácido de Castro e Tarauacá. E os municípios Acrelândia, Assis Brasil, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Santa Rosa do Purus não apresentaram casos em 2021.

Conhecer quem utiliza o canal de atendimento e realiza denúncias de violência contra a mulher (Gráfico 9) também é um dado importante, assim, pode-se produzir e veicular informações mais direcionadas ao público para combater esse tipo de violência.

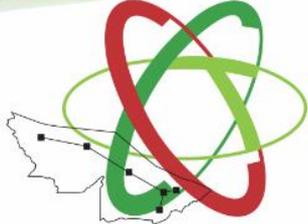
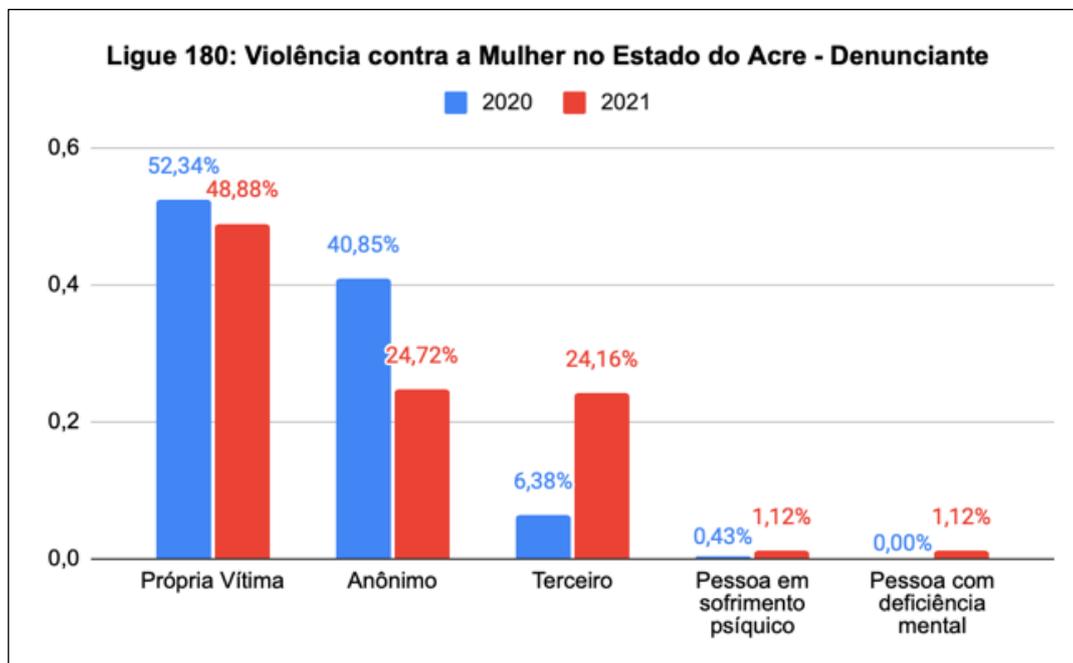


Gráfico 9: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por denunciante em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A própria vítima de violações é quem mais realiza denúncias, em 2020 a vítima representou 52,34% dos denunciante e em 2021 refletiu 48,88%. Vale destacar, também, o percentual elevado de denúncias anônimas (40,85% em 2020 e 24,72% em 2021), esse anonimato pode demonstrar que vítimas e população têm medo ou receio por motivos sociais, além disso, é importante pois muitos dos casos não seriam vistos se não fossem as denúncias anônimas. O papel de terceiros nas denúncias se destacou tanto quanto os anônimos em 2021, com 24,16%.

No Ligue 180, foram registrados atendimentos pelos seguintes canais: telefone, mensagem eletrônica (e-mail), *webchat*. Além desses canais, no primeiro semestre de 2020 foi registrado um atendimento por carta, conforme

Gráfico 10.

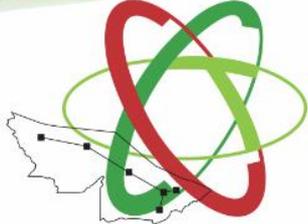
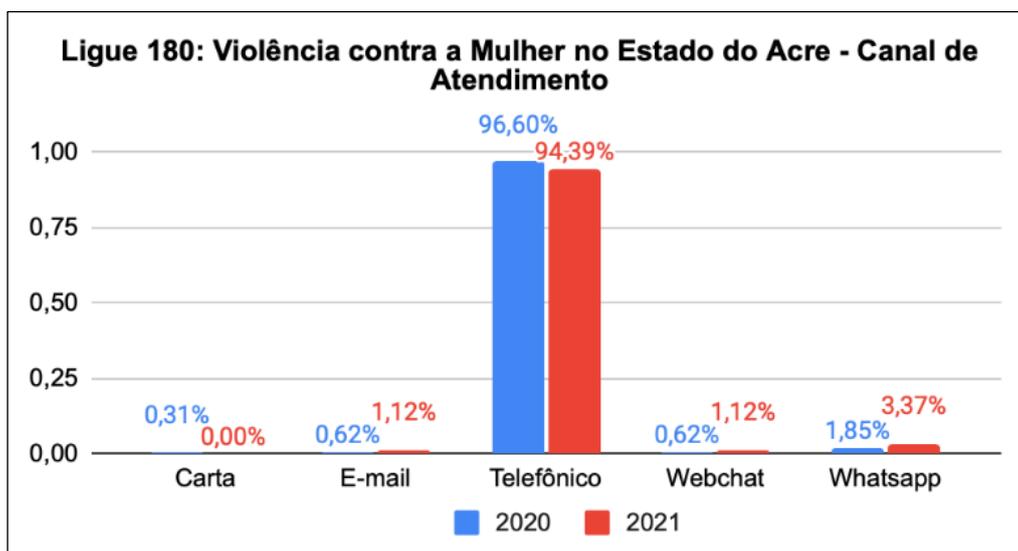


Gráfico 10: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por canal de atendimento em 2020 e 2021

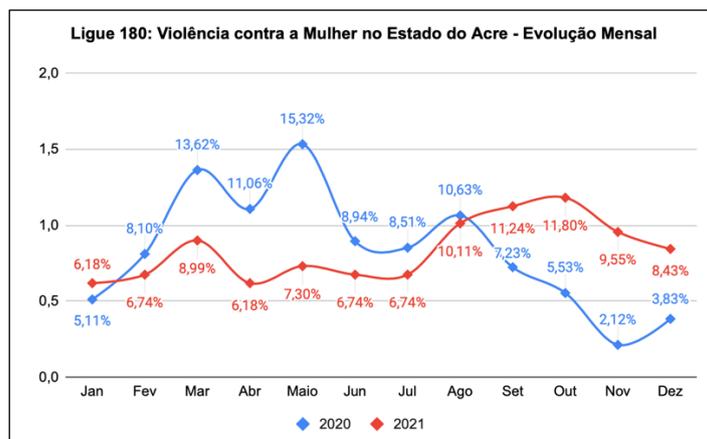
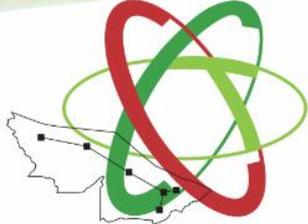


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A grande maioria dos registros ocorreu pelo canal telefônico, canal mais tradicional e mais divulgado, representando mais de 90% nos dois anos analisados.

Destaca-se, ainda, sobre as denúncias, o período do ano que mais ocorrem, na evolução mensal dos dados. A média de registros por mês foi de 19 em 2020 e 14 em 2021. Verifica-se no Gráfico 11 que houve uma diferença em relação à evolução mensal nos dois anos.

Gráfico 11: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por mês em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em 2020 as maiores demandas ocorreram nos meses de março e maio e as menores em novembro e dezembro. Já em 2021 as menores foram janeiro e abril e os meses com mais registros foram setembro e outubro.

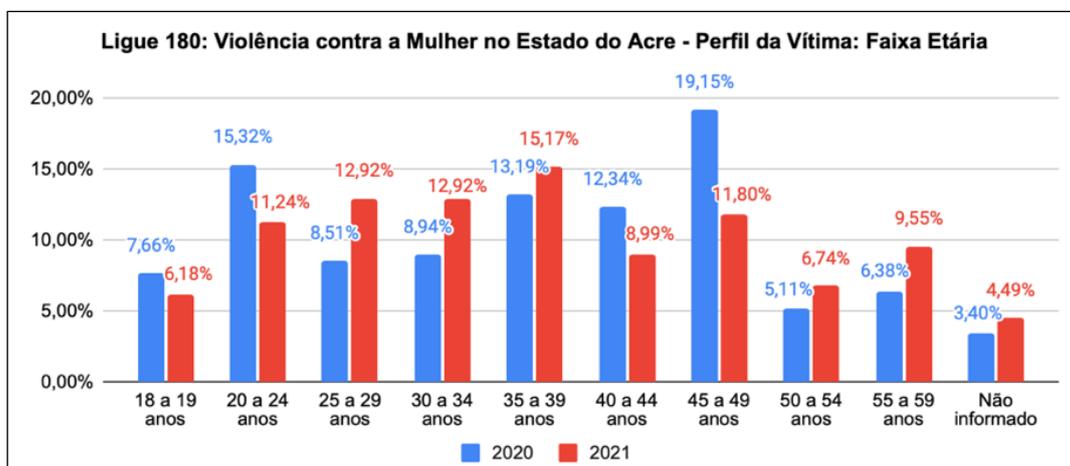
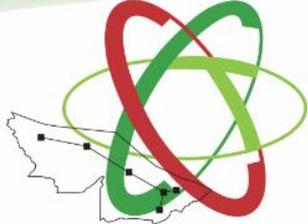
3.1 Quem são as vítimas?

O perfil das vítimas será analisado em relação à faixa etária, raça/cor, escolaridade (grau de instrução), renda, relação suspeito x vítima e profissão referente aos dois semestres de 2020 e 2021, e em relação à profissão da vítima será levado em consideração somente o segundo semestre de 2020 e o ano de 2021, pois esse dado não consta no primeiro semestre de 2020.

A faixa etária em que a violência mais ocorreu em 2020 foi entre 45 e 49 anos e, em seguida, entre 20 e 24 anos. Já em 2021 foi entre 25 e 39 anos, conforme

Gráfico 12.

Gráfico 12: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por faixa etária da vítima em 2020 e 2021

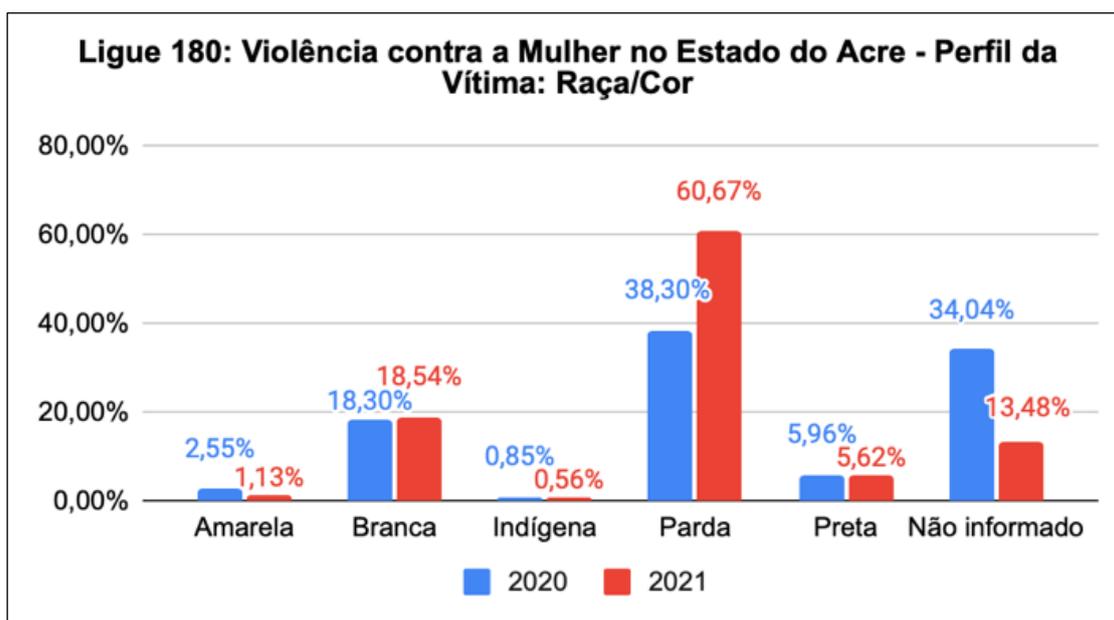


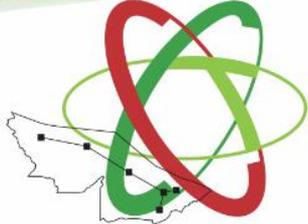
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A menor prevalência em 2020 foi na faixa etária entre 50 e 59 anos e em 2021 entre 18 e 19 anos e entre 50 e 54 anos. Apesar da maior e menor incidência em determinadas faixas etárias, destaca-se que a violência ocorre em todas as faixas etárias, com mais de 10 casos em todas, tanto em 2020, como em 2021.

A raça/cor foi informada por 69,96% das vítimas em 2020 e por 86,52% delas em 2021. Nos dois anos a violência prevalece sobre vítimas pardas, em seguida brancas, pretas, amarelas e indígenas, como se observa no Gráfico 13.

Gráfico 13: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por raça/cor da vítima em 2020 e 2021





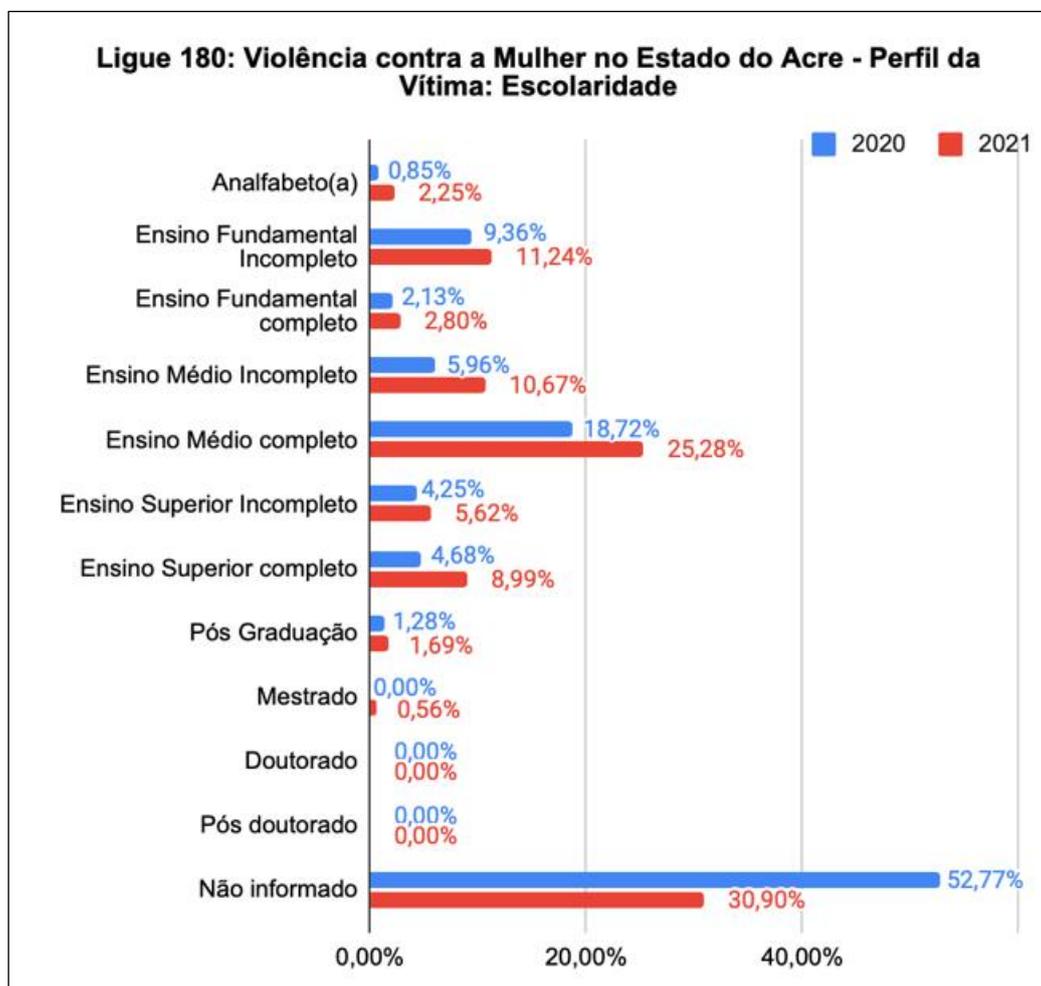
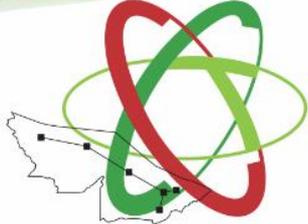
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em 2021, mais da metade das vítimas eram pardas, representando 60,67% e em 2020 as pardas também foram as que mais sofreram violência, mas representaram 38,30%, no entanto, observa-se maior percentual (34,04%) de vítimas que não prestaram essa informação nesse ano.

A violência contra a mulher atinge vítimas com os diversos níveis de escolaridade, no entanto, no Estado do Acre observa-se, no

Gráfico 14, que não houve registro dessa violência contra vítimas com doutorado e pós-doutorado, isso pode ser explicado pelo baixo índice de mulheres com esse nível de escolaridade ou pelo fato de não terem efetivado denúncias.

Gráfico 14: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por escolaridade da vítima em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A escolaridade foi informada por 47,23% das vítimas em 2020 e 69,10% em 2021 e a maioria das vítimas nos dois anos tem ensino médio completo (18,72% em 2020 e 25,28% em 2021).

A faixa de renda, definida em salário mínimo (SM) não foi informada pela maioria das vítimas (64,26% em 2020 e 58,99% em 2021), mas a maioria das que informaram a renda recebem até 1 salário mínimo, conforme

Gráfico 15.

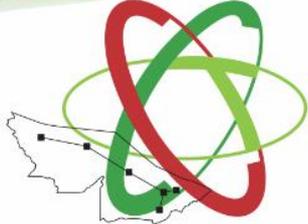
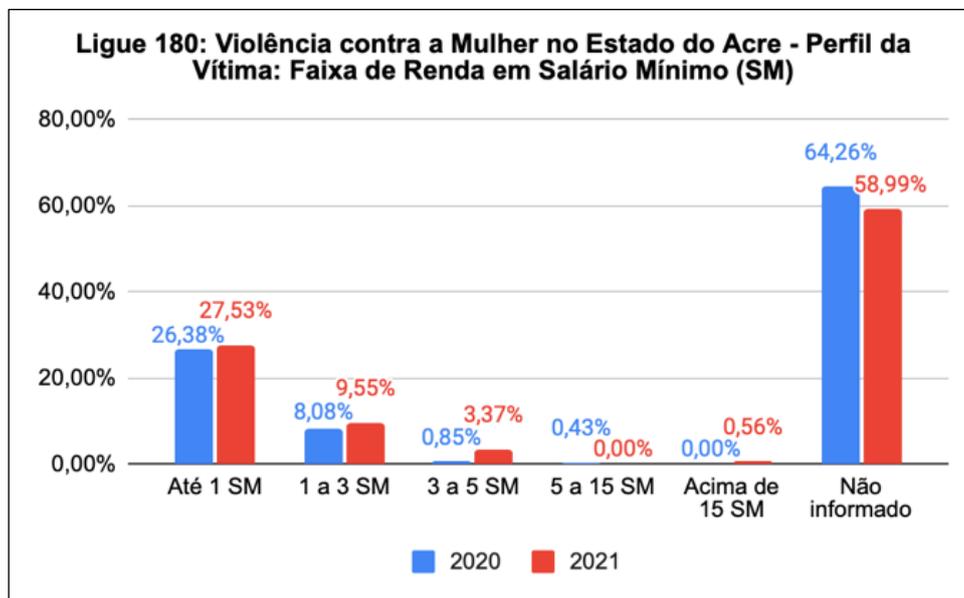


Gráfico 15: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por renda da vítima em salário mínimo em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Observa-se que rendas mais altas não excluem a violência, visto que foram registrados casos de vítimas com renda de 5 a 15 salários mínimos em 2020 e acima de 15 salários mínimos em 2021.

No que se refere à relação do suspeito com a vítima foram citados mais de 25 tipos de relação: amigo(a), companheiro(a), Cunhado(a), Desconhecido(a), Empregador(a), Ex-namorado(a), Ex-companheiro(a), Ex-marido/esposa, Familiares, Filho/enteado(a), Funcionário(a), Genro/nora, Irmão(ã), Líder religioso, Marido/esposa, Namorado(a), Neto(a), padrasto/madrasta, Pai/mãe, Prestador(a) de serviço, Primo(a), sobrinho(a), Sogro(a), tio(a), Trisavô(ó), Vizinho(a).

Em 2020 os cinco maiores percentuais de suspeitos são marido (17,45%), companheiro (12,77%), irmão (10,21%), ex-marido (8,51%) e ex-companheiro (8,08%) e, tendo em vista a violência advinda de relação íntima de afeto, somando-se os suspeitos desse tipo de relação (companheiro, ex-companheiro, marido, ex-marido, namorado e ex-namorado) tem-se um alto percentual, conforme

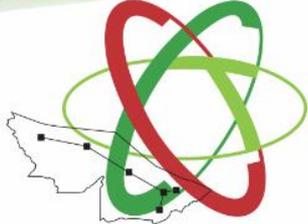
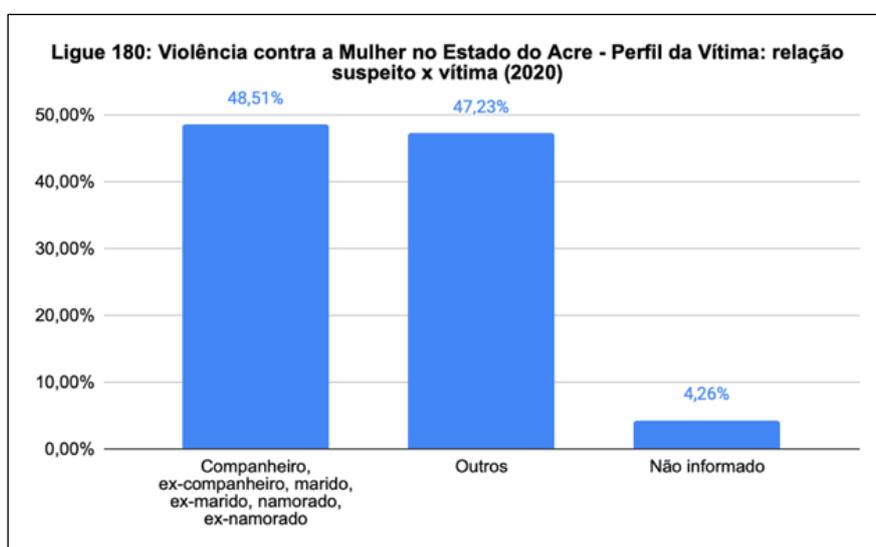


Gráfico 16.

Gráfico 16: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por relação entre o suspeito e a vítima em 2020

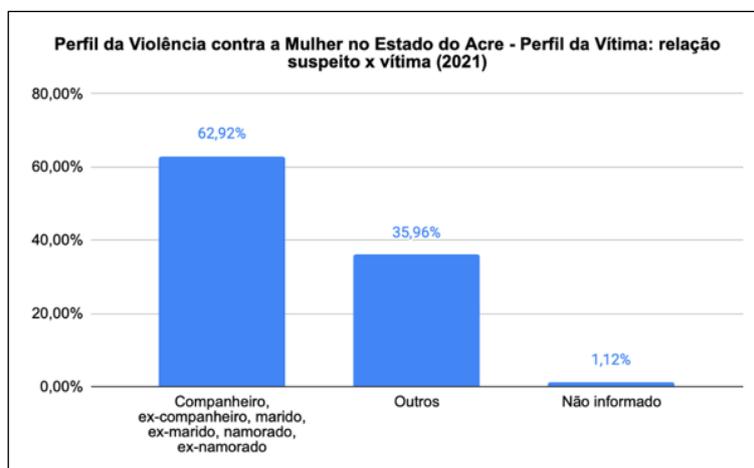
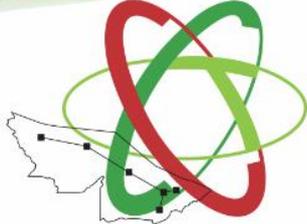


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os desconhecidos representaram 6,38% em 2020 demonstrando que das violações de direitos sofridas pelas mulheres, a maioria decorre de relação íntima de afeto, ou de familiares ou pessoas próximas.

Em 2021 os cinco maiores percentuais de suspeitos são marido (21,35%), companheiro (16,29%), ex-companheiro (13,48%), outro (7,30%) e filho/enteado (6,74%).

Gráfico 17: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por relação entre o suspeito e a vítima em 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para 2021 também conveio somar os suspeitos advindos de relação íntima (companheiro, ex-companheiro, marido, ex-marido, namorado e ex-namorado), como observado no Gráfico 17, tendo-se um percentual ainda mais alto, com 62,92%, contra 35,96% para todos os demais, que, na maioria envolve familiares.

No que se refere à profissão da vítima foi possível analisar somente o segundo semestre de 2020 e o ano de 2021. Nesse período, as profissões de muitas das vítimas não foram informadas (80,90% em 2020 e 79,78% em 2021). Mas, das que informaram, foram citadas mais de 20 profissões exercidas pelas vítimas. As quatro profissões mais atingidas pela violência em 2020 foram: empregada doméstica (diarista e serviços gerais), estudante, professora (jovens e adultos de ensino fundamental e de alunos com deficiência), cuidadora de idosos. E em 2021 as profissões mais citadas foram: professora, cabeleireira, faxineira e vendedora de comércio varejista.

3.2 Quem são os agressores?

A partir dos dados constantes no sistema da ONDH, é possível mapear o perfil dos agressores de mulheres do Estado do Acre quanto ao sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, renda, nacionalidade, deficiência e profissão em relação a 2020 e 2021, a deficiência e profissão serão analisados com dados somente do segundo semestre de 2020 e do ano de 2021.

A grande maioria dos suspeitos das violações de direitos das mulheres no Estado do Acre são do sexo masculino (78,72% em 2020 e 83,15% em 2021), conforme Gráfico 18.

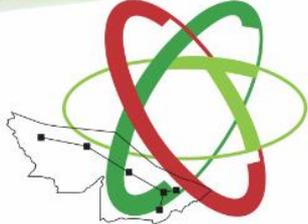
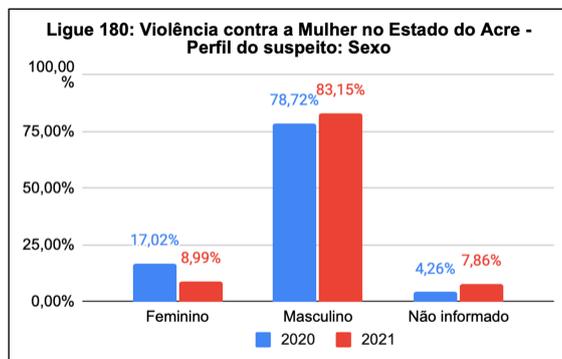


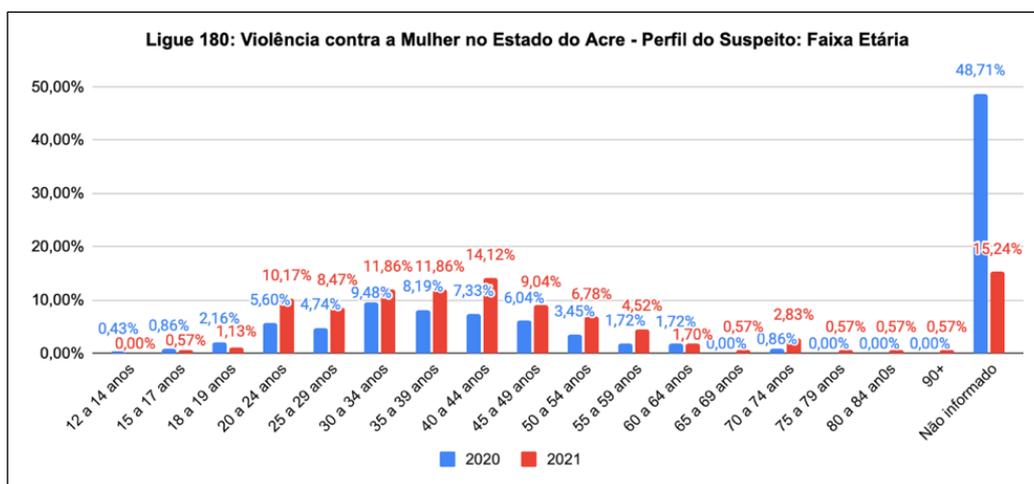
Gráfico 18: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por sexo do suspeito em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

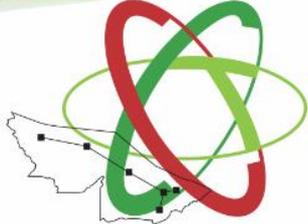
Em relação à idade dos suspeitos de violar direitos das mulheres, essa informação foi colhida em 51,29% dos casos em 2020 e em 84,76% em 2021, como demonstrado no Gráfico 19.

Gráfico 19: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por faixa etária do suspeito em 2020 e 2021



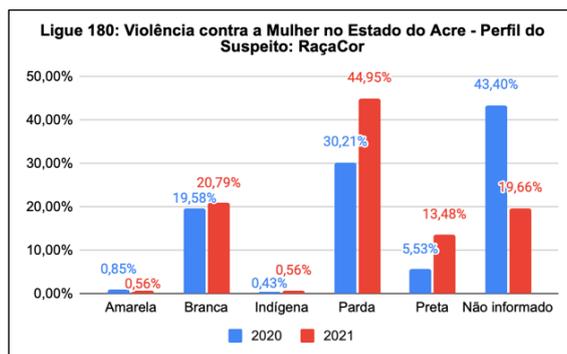
Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em 2020 a maioria dos agressores estão entre 30 e 49 anos de idade, com maior prevalência entre 30 e 34 anos (9,48%), já em 2021 o maior percentual está na faixa etária entre 40 e 44 anos (14,12%), observando, no entanto, nesse ano, a existência de mais de 10 agressores, em números absolutos, em cada faixa etária entre 20 e 54 anos.



A raça/cor foi registrada em 56,6% dos casos em 2020 e em maior quantidade em 2021 (80,34%), como se vê no Gráfico 20.

Gráfico 20: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por raça/cor do suspeito em 2020 e 2021

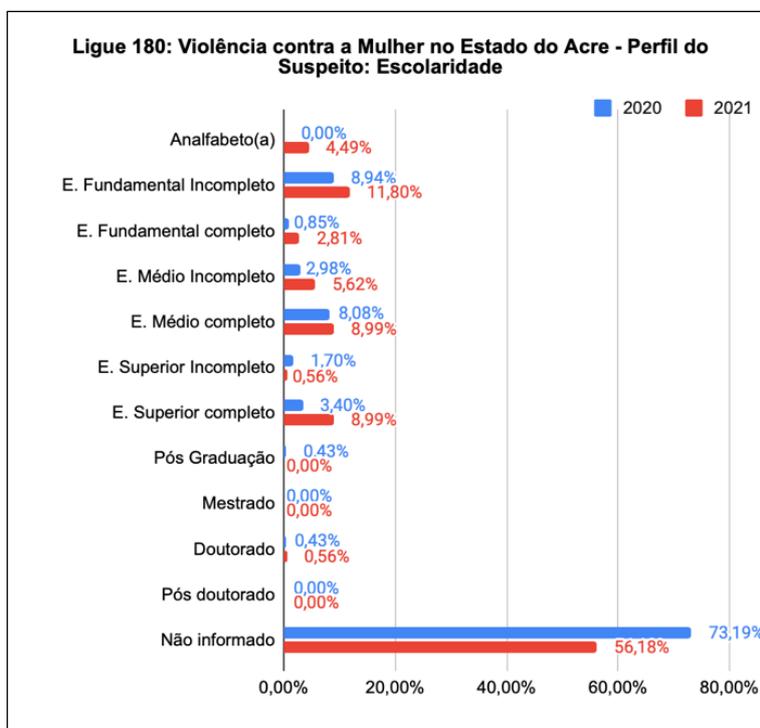
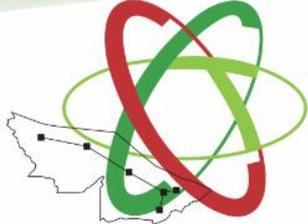


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A maioria dos suspeitos são pardos (30,21% em 2020 e 44,95% em 2021) e brancos (19,58% em 2020 e 20,79% em 2021). O percentual de pretos foi de 5,53% em 2020 e 13,48% em 2021. Além disso, observa-se o registro de 1 indígena em 2020 e 1 em 2021, cujas etnias não foram informadas.

A escolaridade dos suspeitos, nos termos apresentados no Gráfico 21, variou de ensino fundamental incompleto até doutorado em 2020, não sendo registrados analfabetos, nem mestres e nem pós-doutores nesse ano em que 73,19% não informaram. Já em 2021 não foram registrados pós-graduados, mestres e nem pós-doutores.

Gráfico 21: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por escolaridade do suspeito em 2020 e 2021

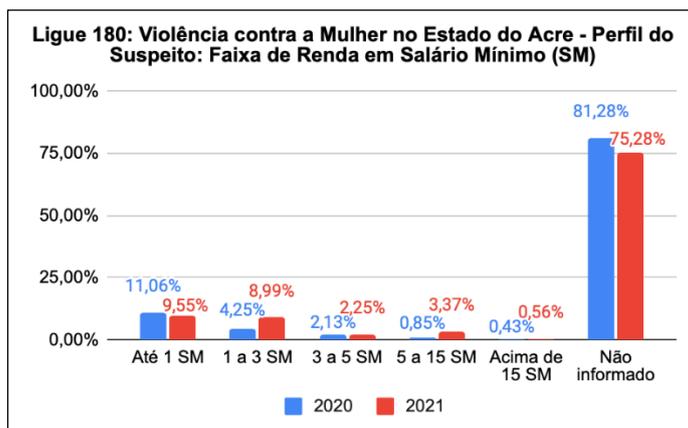
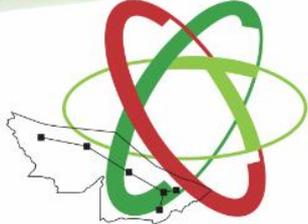


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Tanto em 2020, como em 2021 o maior percentual de agressores tem ensino fundamental incompleto (8,94% em 2020 e 11,80% em 2021). Em 2020 o segundo maior percentual de agressores possui ensino médio completo (8,08%), já em 2021 o segundo lugar está empatado com suspeitos que possuem ensino médio completo e ensino superior completo, com 8,99% cada nível.

A renda dos suspeitos, como demonstrado no Gráfico 22, não foi registrada na grande maioria dos casos (81,28% em 2020 e 75,28% em 2021).

Gráfico 22: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Lige 180 por renda do suspeito em salário mínimo em 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A maioria dos suspeitos com renda informada, recebem até 1 salário mínimo tanto em 2020 (11,06%) quanto em 2021 (9,55%). Observa-se que nos dois anos foram registrados suspeitos com renda acima de 15 salários mínimos, com destaque para 2021 em que suspeitos com renda de 5 a 15 salários mínimos (3,37%) superaram os que recebem de 3 a 5 salários mínimos (2,25%). Esta violência está presente em todas as camadas sociais.

Em relação à nacionalidade do suspeito, foi registrado apenas um originário do Peru em 2021, os demais, todos com nacionalidade brasileira.

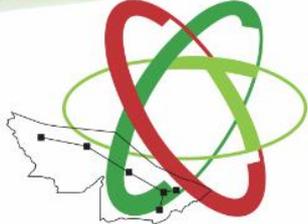
A deficiência dos suspeitos foi um dado disponibilizado apenas no segundo semestre de 2020 e em 2021, no entanto, foram registrados suspeitos com deficiência apenas em 2021, conforme dados do Gráfico 23.

Gráfico 23: Percentual de registros de violência contra a mulher no Acre no Ligue 180 por deficiência do suspeito em 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Registrrou-se que a grande maioria dos suspeitos não tem deficiência (88,77%) e em 2,81% dos casos o suspeito tinha deficiência física/motora (5 casos), 1,12% mental/intelectual (2 casos) e 0,56% deficiência visual (1 caso).



Em relação à profissão dos suspeitos, somando-se o segundo semestre de 2020 e o ano de 2021 foram citadas 30 profissões, conforme Figura 2.

Figura 2: Nuvem de palavras das 30 profissões dos agressores mais citadas no Lige 180 no Acre em 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

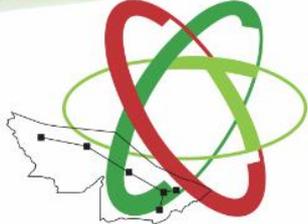
Observa-se que 10 profissões foram citadas mais de uma vez nesses dois períodos, quais sejam: pedreiro, professor, motorista, policial militar, policial civil, trabalhador agrícola, açougueiro, contador, vendedor e vigia.

4 CONCLUSÕES

Quando se olha para os dados estatísticos sobre a violência contra as mulheres, nota-se a importância da Lei Maria da Penha, somente após a qual constatou-se a produção dos referidos dados, por meio da Central de atendimento à mulher (BRASIL, 2006).

As altas taxas de crimes contra as mulheres no Estado do Acre e na capital (Rio Branco) se constituem num sinal de alerta sobre a violência contra a mulher no Estado e as políticas públicas relacionadas.

Os dados da Central de atendimento à mulher, demonstraram que, no Estado do Acre, a integridade psíquica e física foram as mais frequentes, somando mais de 70% em 2020 e 2021.



O local onde mais ocorre a violência contra as mulheres, registrada como cenário da violação, na grande maioria é a casa da vítima e a casa onde reside a vítima e o suspeito.

Por meio do indicador do início das violações pode-se verificar quanto tempo a mulher suportou a violência antes de realizar a denúncia. No Acre o início das violações há mais de um ano também foi mais prevalente. Corrobora-se, assim, para a teoria de que a violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre em um ciclo vicioso baseado em uma cultura patriarcal de submissão da mulher, enraizada na sociedade, do qual a própria mulher não consegue se desvincular.

É relevante observar também que as denúncias contêm registros com início “há uma semana” e “há um mês”, mesmo com baixo percentual pode ser considerado positivo, no sentido de indicar que mais mulheres estão conseguindo se desvincular do ciclo de violência mais rapidamente após o início das violações de seus direitos.

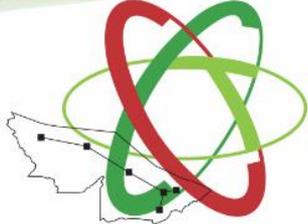
Considerando que a relação desigual de poder e submissão do homem sobre a mulher gera a violência, deve-se lembrar que violência não é apenas o atentado contra a vida ou a integridade física da vítima. Geralmente as relações são permeadas por diversas outras formas de violência que se desenvolvem de forma cíclica, com fases que se repetem e vão se intensificando ao longo do tempo (de forma espiral).

Este ciclo não é estático, vai se desenvolvendo e se normalizando no cotidiano da família, de forma dinâmica e sistêmica, o que torna mais difícil a percepção das diversas formas de violência e o seu rompimento, assim como a intervenção estatal.

A frequência da violência é um indicador desse formato cíclico, e na maioria dos casos do Acre a frequência diária foi prevalente, e a frequência “única ocorrência” e o “ocasionalmente” vieram em segundo.

A estrutura social construída com base na normalidade do patriarcado e da relação de poder versus submissão, que torna ainda mais difícil a percepção e rompimento do ciclo de violência contra a mulher torna a pessoa que denuncia um sujeito muito importante para a intervenção e garantia de direitos da vítima. Assim, quando se olha para o denunciante da violência contra a mulher no Acre a maioria das denúncias foram concretizadas pela própria vítima, em segundo teve um alto percentual para denúncias anônimas.

Avaliar os motivos da violência pode ajudar a entender melhor sua origem, possibilitando ações direcionadas a soluções, as principais motivações identificadas são



o sexo biológico, conflito de ideias e em 2021 o fato de ser mulher também teve alto percentual.

Conhecer quem são as vítimas e agressores da violência contra a mulher é importante para o desenho e redesenho de políticas públicas mais eficazes, a raça/cor, faixa etária, escolaridade, renda e relação entre a vítima e o suspeito são informações que podem direcionar ações para grupos mais atingidos, tornando uma política pública mais eficiente e que atinja os grupos e regiões conforme a demanda.

No Acre as vítimas de violência contra a mulher em sua grande maioria eram pardas (60%), tinham entre 25 e 39 anos (2021), com ensino médio completo e com renda de até um salário mínimo.

Quando se observa a relação entre a vítima e o suspeito, constata-se que as mulheres do Acre são agredidas por pessoas advindas de relação íntima de afeto atual ou passada (companheiro, ex-companheiro, cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado e marido) entre 40% e 60% dos casos.

No Acre, os agressores de mulheres, em sua grande maioria, eram do sexo masculino (aproximadamente 80%), pardos, tinham entre 30 e 49 anos, com ensino fundamental incompleto, e renda de até um salário mínimo.

Comparando as vítimas e os agressores, a escolaridade das vítimas é mais elevada (ensino médio completo) do que a dos agressores (fundamental incompleto).

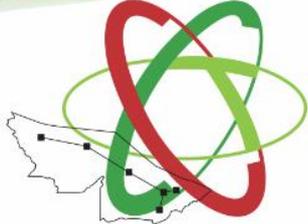
Conclui-se pela necessidade de maiores investimentos em políticas públicas relacionadas a violência contra a mulher no Estado visando a redução dos altos índices de crimes, e com direcionamento ao público de vítimas e agressores com as características identificadas na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.714, de 13 de Agosto de 2003**. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.714.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 13 mar. 2021

BRASIL. **Lei n. 13.025, de 3 de Setembro de 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13025.htm#art1>. Acesso em: 27 abr. 2022



CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: Acre: panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>>. Acesso em: 28 maio. 2022.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

MARTINS, G. DE A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA F. E DOS D. H. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**: 2º semestre de 2020. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/segundo-semester-de-2020>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA F. E DOS D. H. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**: 1º semestre de 2020. 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/primeiro-semester-de-2020>>. Acesso em: 27 maio. 2022.

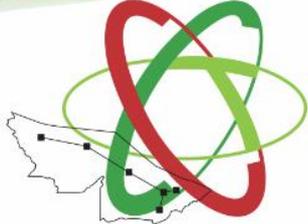
MINISTÉRIO DA MULHER, DA F. E DOS D. H. **Painel com dados de denúncias de violações de direitos humanos recebidas pela ONDH no ano de 2021**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180**: Relatório 2017. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Balanço 2019 Ligue 180**. Brasília: Central de atendimento à mulher, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

OUVIDORIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Ligue 180 Relatório 2018**. Brasília: Central de atendimento à mulher, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Balanço 2014 Ligue 180**. Brasília: Central de atendimento à mulher, 2015. Disponível em:



<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022b.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Balanco 2015 Ligue 180.**

Brasília: Central de atendimento à mulher, 2016a. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Balanco uma década de conquistas: Ligue 180.**

Brasília: Central de atendimento à mulher, 2016b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022a.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Ligue 180**

Balanco Anual 2016. Brasília: Central de atendimento à mulher, 2017. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento à**

Violência contra as Mulheres. Brasília: Presidência da República, 2011.